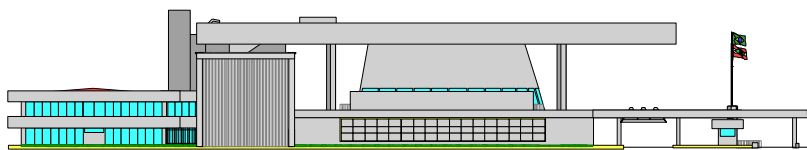


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 30 DE ABRIL DE 1998

NÚMERO 4.536

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 930**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 040ª Sessão Ordinária
realizada em 29/04/1998..... 2

Ata da 041ª Sessão Ordinária
realizada em 29/04/1998..... 3

Atos da Mesa Diretora

Resoluções..... 11

P L E N Á R I O

ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 29 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que

proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

OFÍCIO Nº:

1076/98, do senhor Coordenador Geral de Administração e Controle da Secretaria de Estado da Educação e Deporto, acusando recebimento do Ofício DP/154/98, que encaminha cópia do Requerimento nº 112/98.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Terminada a leitura do expediente, esta Presidência comunica que, conforme acordo de Lideranças, esta sessão será suspensa até as 11h, horário da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Estão reabertos os trabalhos. Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência do senhor Deputado Jorginho Mello, que está empreendendo viagem.

Senhores Deputados, os requerimentos constantes da pauta da

presente sessão serão encaminhados para a pauta da Ordem do Dia da sessão ordinária de hoje à tarde, bem como a discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Emenda Constitucional nº 02/96.

Tendo em vista tratar-se de emenda constitucional, solicitamos a presença de todos os senhores Deputados na sessão de hoje à tarde para que tenhamos quórum para a votação.

Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, reafirmamos a pauta da Ordem do Dia da sessão ordinária de hoje à tarde: os requerimentos constantes da pauta da presente sessão e a discussão e votação em segundo turno do Projeto de Emenda Constitucional nº 02/96.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 29 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Jorginho Mello, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Jorginho Mello, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SECRETÁRIO 'AD HOC' (Deputado Jorginho Mello) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente: OFÍCIOS NºS:

001/98, do senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, solicitando as gestões, junto aos órgãos e programas ligados a agricultura do Município (Pronaf-Crédito de Emergência e Investimentos), com vistas à anistia de débitos contraídos pelos agricultores a partir de 1996; 054/98, do senhor Diretor Dive/SES, da Secretaria de Estado da Saúde, reportando-se ao Telefax nº TE/0249.5/98;

239/98, do senhor Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Rosa do Sul, pedindo o encaminhamento do projeto de lei proposto pelo Tribunal de Justiça do Estado, que aprovou a ampliação do número de Comarcas no Estado, dentre elas a criação da Comarca de Santa Rosa do Sul;

036/98, do senhor Presidente da Ajidevi, encaminhando o relatório de atividades e o balanço financeiro referente ao exercício de 1997.

CORRESPONDÊNCIA:

- do senhor Secretário de Estado de Governo, acusando recebimento do Ofício GP/DP/105/98.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o senhor Deputado Gervásio Maciel, a quem concedemos a palavra.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Gervásio Maciel, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Idelvino Furlanetto, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente e senhores Deputados, o que nos traz hoje à tribuna é um

fato que me chamou a atenção no dia de ontem, quando constatamos o processo de desapropriação da Fazenda Dissenha, em Abelardo Luz.

A Comissão de Agricultura tem desempenhado esse trabalho desde setembro de 1997, tem se dirigido ao Município de Abelardo Luz, tem sido acompanhada por várias entidades, como Ibama, Incra, Polícia Ambiental, juntamente com a Prefeitura Municipal.

Fizemos uma nova vitória, procuramos negociar junto ao Tribunal de Justiça o não-despejo, enfim, desempenhamos uma atividade no sentido de trabalhar a desapropriação.

O próprio coordenador nacional do Movimento dos Sem-Terra, nosso companheiro Vilson Santin, apresentou, juntamente com o acampamento da Fazenda Dissenha, um projeto agroecológico, o qual, depois da nossa vitória, encaminhamos a Brasília, e numa audiência com o Presidente do Ibama, o ex-Deputado Vilson Santin entregou o pedido de desapropriação.

Isso aconteceu no dia 17 de setembro de 1997. No dia 05 de novembro, foi realizada mais uma audiência em Brasília com o Presidente do Ibama, com o Superintendente do Incra de Santa Catarina, Dr. Paulo Simon. No mesmo dia discutimos sobre o processo de desapropriação.

A partir deste dia, o Presidente do Incra em Brasília, Dr. Milton Seligman, encaminhou o processo para a Diretoria de Recursos Fundiários de Santa Catarina, para o encaminhamento da desapropriação. No dia 06 de novembro, Santa Catarina recebeu o memorando do encaminhamento.

Tivemos mais uma audiência no dia 18 de março deste ano em Brasília, juntamente com o Presidente do Ibama, com o setor do Departamento de Desapropriação do Incra, para rever o motivo do processo estar parado.

Eu e o ex-Deputado Vilson Santin, em Brasília, enviamos uma fita de vídeo sobre o processo de reflorestamento e a recuperação de áreas desmatadas para o Ministro do Meio Ambiente.

E ontem, ficamos surpresos ao saber que o Deputado Federal Hugo Biehl dirigiu um ofício ao Departamento de Desapropriação e Aquisição, para ser encaminhado ao Diretor de Recursos Fundiários, dizendo o seguinte:

(Passa a ler)

"Trata o presente (...) de encaminhamento de ofício do Exmo. Sr. Deputado Hugo Biehl, solicita revisão da desapropriação de duas glebas rurais contíguas, pertencentes às empresas Dissenha S/A Indústria e Comércio e Madepar S/A Indústria e Comércio, alegando tratar-se de reserva florestal, no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina.

Consultado a Superintendência Regional, fomos informados que foi constituída Comissão para avaliar a situação, contudo, não há nenhuma expectativa de

desapropriação daquela área. Em que pese os esclarecimentos, sugerimos o encaminhamento do expediente à SR-10/R/SC, para melhor subsidiar resposta ao interessado."

Quer dizer, o Deputado Federal Hugo Biehl encaminhou, acredito, por articulação com Deputados do PPB desta Casa, ofício solicitando a não- desapropriação.

Vejam, senhores Deputados, que os jornais (tenho recortes aqui) já anunciam o "Projeto ecológico da Fazenda Dissenha". No dia 05 há uma audiência com o Ibama em Brasília e no dia 06 os jornais já divulgam!

Outra manchete: "MST adota modelo ecológico em fazenda desapropriada". Quer dizer, o MST em nível de Brasil está procurando colocar um projeto de desenvolvimento sustentável, porque o Incra em Santa Catarina não tem. Levaram o projeto ao Incra em Brasília, ao Milton Seligman, com muita simpatia, inclusive já fazendo encaminhamento à Superintendência em Santa Catarina para um processo de desapropriação.

Agora, veja bem, Deputado Onofre Santo Agostini, a demagogia do PPB: o Esperidião Amin apresenta um projeto, o Banco da Terra, e quando Governador aqui apresentou o crédito fundiário. E agora vemos a contradição da contradição: o Deputado Federal Hugo Biehl, nos bastidores, articulado com Deputados do PPB aqui do Plenário... Não sei com quem, mas a articulação saiu daqui, e eu quero identificar quem foi, quero tomar conhecimento dos documentos que chegaram em Brasília.

Recebi da Superintendência do Incra de Santa Catarina o memorando do Deputado Hugo Biehl, quer dizer, a mentira tem perna curta. Quando ele se reúne com os sem-terra, faz um discurso combativo, diz que é necessário desapropriar, faz aquele discurso para inglês ver. Agora temos aqui a cópia do ofício do Deputado Hugo Biehl, e esta é a explicação que o PPB vai ter que fazer no seu plano de governo.

Se o PPB deseja fazer a reforma agrária (e ele deve conhecer um pouquinho da experiência de outros países), deve saber que todos os países que se desenvolveram fizeram reforma agrária.

E agora esta articulação! Isso nós tomamos até com surpresa, mas o Deputado Federal Hugo Biehl vai ter que dar explicações para a sociedade.

A desapropriação sem derrubar a mata ou as araucárias que estão naquela fazenda precisaria ter um projeto diferente. E este foi o debate que tivemos ao longo desses treze anos, quando se iniciaram as ocupações nas terras improdutivas. O dia 25 de maio está chegando, nessa data completa-se 13 anos das ocupações em todo o Brasil.

Por que os sem-terra resolveram ocupar? Porque os discursos dos Governos da pós-revolução, o plano nacional da reforma agrária, é tudo demagogia. E aí o movimento se organizou e ocupou. Não é por acaso que Santa Catarina tem mais de quatro mil famílias

assentadas, que têm projetos de pequenas agroindústrias. Em São Miguel d'Oeste, meu Município, tem um projeto de uma agroindústria, do leite Longa Vida.

Um projeto dessa natureza não foi visto ainda em Santa Catarina, eu pelo menos não conheço. Eu conheço a Parmalat, a Tirol, mas são todos grandes empresários, e esse projeto em São Miguel d'Oeste é da associação dos assentados, é um projeto novo para o Brasil.

E agora, Deputado Reno Caramori - V.Exa. que tem feito alguns discursos em defesa da Dissenha aqui neste Plenário -, o Deputado Federal Hugo Biehl encaminha um pedido para não desapropriar. E aí vem a contradição do seu Partido. Há o Banco da Terra, e daqui a pouco vai crescer... e aí puxa o banco, e aí o cara senta na boneca! Então, não dá!

Nós precisamos identificar esse tipo de maracutaia que é feita dentro de um processo. Aconteceu um projeto agroecológico para assentar de 150 a 160 famílias nesses quatro mil hectares, e nós precisamos, então, parar de fazer o discurso do Banco da Terra. E a partir daí, estamos questionando o PPB e, junto, o Deputado Federal Hugo Biehl, pela rasteira que ele tem praticado, em vez de acompanhar, de pedir que desaproprie, de pedir que assente. Que vá pedir que o Banco da Terra vá lá fazer o projeto, dar assistência técnica, liberar crédito.

O PPB tem que parar com os discursos demagógicos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Reno Caramori, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente, senhores Deputados, eu me inscrevi em Breves Comunicações na obrigação de dar uma explicação ao meu grande amigo, o nobre Deputado Idelvino Furlanetto, defensor dos invasores de terra e dos assentados legalmente, até porque eu tenho visto o Deputado Idelvino Furlanetto advogar com garras, unhas e dentes a desapropriação da área mais linda que ainda existe, que é o pulmão verde de Abelardo Luz, onde o tamanho dos pinheiros e das árvores nativas que lá tem dá colapso em madeireiro, imagine em sem-terra!

E aqui vou justificar por que dá colapso: na minha região, na região de Calmon, na região de Leblon Régis, na região de Fraiburgo, enfim, por onde passaram os sem-terra foi pior do que um carreiro de saúva! Não fica uma folha, eles destróem tudo, tiram o xaxim, tiram o toco, tiram a lenha, tiram a bracinga, tiram o pinheiro, tiram a erva-mate e vendem tudo!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Mas foi isso que eles aprenderam.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Depois que a terra está limpa, senhor Presidente, aí eles arrumam a trouxa e meia dúzia fica no terreno. Adquirem os títulos de posse daqueles que destróem tudo e meia dúzia permanece na terra, os demais vão para outra área que tenha xaxim, que tenha bracinga, que tenha imbúia, que tenha pinheiro, que tenha alguma coisa para tirar. E assim eles vão fazendo.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Diga-me o nome deles e onde é.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - É o exemplo da minha região. E nessa região, Deputado Idelvino Furlanetto, de Abelardo Luz, eu não estou a defender a empresa Dissenha,

estou defendendo um patrimônio adquirido legalmente por pessoas que mantêm hoje um número bastante expressivo de empregados, que mantêm um número expressivo de pessoas, que mantêm as suas famílias, fruto do seu trabalho na empresa Dissenha.

Tanto nas fazendas quanto nas empresas, eles continuam reflorestando, Deputado Idelvino Furlanetto, continuam aplicando o produto da sua indústria. Depois do pagamento de seus funcionários, que eles mantêm em dia, é óbvio, eles aplicam os resultados naquilo que a empresa precisa para a sua manutenção, que é o plantio de novas áreas, o reflorestamento e o manejo, que eles estão tentando e já fizeram em certas áreas, para que consigam manter a sua empresa.

É uma madeireira, e madeireira, pelo menos na minha terra, vive da matéria-prima, que é a madeira, nobre Deputado Idelvino Furlanetto.

Portanto, eu estou defendendo uma causa justa. E vou lhe dizer aqui que talvez ninguém mais do que eu seja a favor da reforma agrária decente, bem feita, legalmente, com assistência técnica, com fundo de terra, o que é importantíssimo. Porque quando os nossos ancestrais vieram da Itália, Deputado, eu tenho a certeza que não invadiram terra nenhuma e que não receberam nada de graça! Assim aconteceu com os meus, eles receberam o lote de terra e, com a produção, devagarinho foram pagando, foram adquirindo, foram melhorando, morando em baixo de costaneira; não era em baixo de lona, não tinha. O meu avô e, tenho certeza, o seu avô também, Deputado Idelvino Furlanetto, devem ter passado por esta fase na vida.

Por isso, sou de acordo, Deputado, que o Governo realmente efetue aqui uma reforma agrária ao pé da letra, dando assistência, e não jogando esses coitados dos colonos, que na maioria não são nem colonos, debaixo de uma lona preta, que nem o ex-Deputado Santin fez lá em Caçador, juntamente com o finado Bispo Don Colussi, que participou da brincadeira.

Em Caçador, Deputado Idelvino Furlanetto, foi feita a aquisição pelo Incra de uma área da família Sorgato, e esta área estava estipulada para o sem-terra verdadeiramente de Caçador.

Eles foram cadastrados, e quando a área estava liquidada, todo o processo acertado, finalizado junto ao Incra, o ex-Deputado Santin, da noite para o dia, despejou lá, se não me falha a memória, 220 famílias e foi embora, ele de automóvel e os coitados em cima de caminhões, à mercê do inverno.

Esse pessoal está lá jogado até hoje, recebendo essa miséria que o Governo paga para os assentados. E eles estão tirando tudo que têm em cima da terra, estão tirando a madeira, estão tirando tudo, tentando fazer alguma rocinha, seguindo mais um exemplo.

Está lá, Deputado Idelvino Furlanetto, tudo na minha terra, em Caçador. E na sua grande maioria estão trabalhando de meeiros. Certo eles que estão trabalhando em fazendas, em propriedades de tomates, de pimentão em Caçador.

Felizmente, esse pessoal, Deputado Idelvino Furlanetto, tem onde trabalhar. Se bem que nesse grupo existiam maus elementos, V.Exa. sabe que dois irmãos sacrificaram o policial que estava salvando uma menina de um estupro. Foram os assentados que o ex-Deputado Vilson Santin levou para Caçador! E os nossos sem-terra, senhores Deputados, lá de Caçador, continuam trabalhando de meeiros, trabalhando de agregados, porque não tiveram

o privilégio de receber realmente um quinhão de terra, porque são gente da terra.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Já lhe concedo um aparte.

Por isso, Deputado Idelvino Furlanetto, eu estou lhe exemplificando. V.Exa. diz que eu defendo a Dissenha. Sim, eu defendo a Dissenha e defendo todo mundo que tenha uma área como aquela, que é uma área que tem necessidade de ser preservada.

A empresa está preservando aquilo até hoje, Deputado Idelvino Furlanetto, porque é uma reserva natural, e talvez seja a única ou a última lá de Abelardo Luz que ainda se encontra intacta. Nela está sendo feito o manejo, estão plantando, estão melhorando; tem gado em parte dela. Não é uma área totalmente improdutiva, não! Tanto é que o Incra foi lá, fez os levantamentos e a área foi considerada produtiva.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Improdutiva!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Produtiva!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Improdutiva!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Improdutiva é depois que...

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Mas são pessoas que aconchavaram com a empresa.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Tem o laudo lá de que foi produtiva. Depois foi lá o pessoal do Movimento dos Sem-Terra e mais um grupinho, e aí foi improdutiva.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - São todos pessoas da empresa.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - O processo está andando na Justiça, Deputado Idelvino Furlanetto, não somos nós aqui que vamos dizer se é ou não.

Agora, na minha concepção, no meu entender, eu acho que tem que ser assim, Deputado Idelvino Furlanetto, o sem-terra, aquele que quer cultivar a terra, tem o direito de cultivá-la.

Agora, essa de assentamento ecológico... Por favor, Deputado, assentamento ecológico, isso não! Já devia ter sido feito sempre, porque até agora tiraram na Fazenda Jangada...

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Mas essa é a contribuição.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Na Fazenda Jangada foi tirado tudo, foi depredado tudo. Tanto é que o Kindermann hoje lá é latifundiário. Já estou dando um nome aqui.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Mas quem tirou foi o dono da terra.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - O Kindermann comprou um monte de propriedades abandonadas.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - O dono da terra é que tirou, Deputado!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Não, ele tirou o grosso e depois ficou o fino. E aí foram tirando tudo.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - O dono da terra depenou...

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Tiraram tudo e depois falou...

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - ... porque dizia que não iria deixar para os sem-terra.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Lá nós tínhamos áreas devastadas, áreas improdutivas. Aquela era improdutiva, e eu vou lhe dizer por quê. Porque quando a Consulbra comprou aquela área e depois vendeu... e aí teve uma série de sucessões, até acredito, porque aí houve uma especulação, sim, na época do...

Ali até eu admito; agora, com a Fazenda Dissenha é diferente, Deputado Idelvino Furlanetto, pelo amor de Deus! É uma empresa, e onde é que essa empresa vai... Eu vou lhe fazer mais uma pergunta...

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - É do Paraná, não é?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Idelvino Furlanetto, se nós acabarmos com a matéria-prima da empresa Dissenha e com as condições dela produzir, dela plantar, onde é que essas famílias, esses funcionários vão buscar emprego para a sustentação dos seus filhos?

Então, não adianta nós botarmos lá famílias de sem-terra e quebrarmos a empresa numa cidade onde aquelas famílias, que já vivem numa situação bastante difícil, não têm mais a sobrevivência. Se a empresa quebra, Deputado Idelvino Furlanetto, é a mesma coisa que tirar...

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Mas estão dizendo que está parada a serraria. Faz dois anos que a serraria está parada, que a fita está parada.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Perfeitamente! Está "sub judice" há quanto tempo aquilo lá?!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Mas foi em junho a ocupação, e faz mais de dois anos que a fita está parada, que os empregados estão sem carteira assinada.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Aquela empresa tem projeto de manejo.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - A Dissenha não paga imposto em Santa Catarina, Deputado. Estão lá oito multas do Ibama.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Idelvino Furlanetto, V.Exa. me desculpe, mas se uma empresa não paga imposto em Santa Catarina...

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - E as multas?!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - ... tem que ser desapropriadas as terras dela.

É Brasil! Se eles têm a matéria-prima, o movimento econômico vai render a mesma coisa. Como é que não? A matéria que sai do seu Município é contada no movimento econômico para fins de recebimento de ICMS, sim, senhor! Ela vai industrializar lá no outro Município...

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Esta madeira não está contando, porque não existe nota!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Em todo Município há incompetência, Deputado Idelvino Furlanetto, porque existe o documento hábil. Eu já fui Prefeito, o Deputado Odacir Zonta já foi Prefeito, sabemos que para toda mercadoria, para todo produto que sai do Município existe um documento hábil onde se presta conta para o movimento econômico.

Então, o meu Município, que vende madeira para o exterior "in natura", o pinus e o eucalipto, não representa nada, Deputado?!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Mas essa não saiu nota! Dou a V.Exa. o documento!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Nós não podemos tapar o sol com a peneira, Deputado Idelvino Furlanetto! É um direito daquela empresa manter aquela área de reserva ecológica, que é deles. Eles compraram, adquiriram! Aquilo é uma sobrevivência, Deputado!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Deputado, estão lá os pinheiros marcados para serem cortados!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Portanto, eu estou de acordo até de ir com V.Exa. lá e ver outras áreas em Abelardo Luz e Campos Novos onde o Incra deve realmente desapropriar. Só que são campos limpos, e daí os sem terra não querem, porque já têm que começar a plantar! Não tem xaxim, imbuia, pinheiro nem bracinga para tirar; não dá para colocar carvoeira e não dá para vender a lenha!

Eu conheço toda a sistemática na minha região, que talvez seja uma das mais privilegiadas com assentamento. E mais um detalhe:

existem assentamentos onde estão produzindo, mas V.Exa. sabe que entre eles tem casa de alvenaria mas ainda tem barraca, casa de lona, porque são incompetentes e não querem trabalhar, essa é a grande verdade! Não querem porque não são colonos, não são sem-terra! São pessoas que foram jogadas lá ao bel-prazer da natureza, e eles não têm a menor condição de trabalhar a terra porque, além da pouca vontade, não têm a menor tecnologia, não sabem trabalhar!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Mas o que os Prefeitos fazem? O que o Governador faz? Tem que dar formação também, Deputado! V.Exa. há que concordar.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Assentamento tem que ser para colono, para aquele que sabe trabalhar a terra, para aquele que tem terra embaixo da unha! Não adianta pegar malandro da periferia, que vai lá para ganhar um rancho, para ganhar uma cesta básica! Para isso ele vai com os sem-terra.

Eu vou lhe dar aqui uma prova, um exemplo. Quando parou uma unidade do Frigorífico Chapecó em Cascavel, um rapaz que estava lá disse o seguinte: "Eu vou me aliar ao Movimento dos Sem-Terra, vou fazer parte do grupo para poder receber mensalmente uma cesta básica e um salário mínimo para a manutenção da minha família". Declarou isso na televisão, no programa Globo Rural!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. acredita?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muitos desses, Deputado, estão fazendo esse tipo de coisa.

Claro, o nosso discurso aqui é muito bom, é muito importante para a mídia, e depois vamos para a rádio e falamos um monte de coisa. Mas nós precisamos de coisa concreta nesta Casa! Não podemos mais querer tapar o sol com a peneira!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - E o Banco da Terra?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - O Banco da Terra é importantíssimo. Claro que é importante! O Fundo de Terra é importantíssimo! Eu apóio.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Apóia a desapropriação, então!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - O Banco da Terra, o Fundo de Terra são importantes! A reforma agrária é importantíssima! O que não podemos permitir é invasão de terra, Deputado! Invasão é outra coisa! Estamos na virada do século e ainda estamos falando em invasão de terra?!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Deputado, vamos fazer uma visita à fazenda?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Vamos fazer!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Fazendo a visita, V.Exa. vai identificar os pinheiros marcados para serem cortados. Nós somos contra! Não é para cortar, é para preservar, para recuperar!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - E estão contra que a empresa tire os pinheiros se é plano de manejo, Deputado!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Eles nunca tiveram...

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - O projeto do plano de manejo está tramitando.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Eles levaram oito multas por não terem projeto!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Está tramitando...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

O Líder do PMDB, que seria o ocupante do horário, coloca à disposição a reversão do horário.

Se V.Exa., Deputado Reno Caramori, quiser já adentrar no horário do PPB, eu lhe

concedo os dezesseis minutos que pertencem ao seu Partido, para que possam continuar o diálogo sobre esse tema tão importante.

(O Deputado Reno Caramori aquiesce.)

Com a palavra, então, o Deputado Reno Caramori, por até dezesseis minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhor Presidente, eu agradeço pela deferência especial do Deputado João Henrique Blasi, que nos concedeu o seu horário. Já entramos no horário destinado aos Partidos Políticos.

Eu vou usar parte do nosso horário para mais uma vez dizer que não estou discordando totalmente do Deputado Idelvino Furlanetto, só quero que V.Exa. entenda, Deputado Idelvino Furlanetto, que estou de pleno acordo com a reforma agrária, com a ocupação legal de terras e com assentamentos.

Talvez tenha, na minha vida, Deputado Idelvino Furlanetto, assentado muitas famílias. Desde o nosso Rio Grande amado, onde tínhamos, normalmente, colônias, existiam os agregados. E o meu pai, Deputado Idelvino Furlanetto, quando se desfez das suas propriedades, no Rio Grande, e veio para Santa Catarina, em 1963, optou e vendeu aquelas poucas terras aos seus agregados.

Ele não desassentou ninguém, muito pelo contrário, deu condições para que produzissem e pagassem as suas terras, lá permanecendo, porque eram pessoas que já estavam lá há alguns anos.

Eles não tinham o menor direito jurídico, mas por uma questão de humanidade, de interesse pelo homem do campo, pelo pequeno produtor, pelo agricultor familiar, ele fez, sim, justiça! E lá estão eles até hoje, não os velhos, mas os seus descendentes, ainda morando naquele pedaço de terra - uma colônia, duas colônias, pois assim chamávamos no Rio Grande, meia colônia, seis alqueires, sete alqueires.

Então, esse tipo de conduta acho importante, Deputado Idelvino Furlanetto. E lá, na época, a Prefeitura fornecia as condições. Mas tinha um detalhe, Deputado: eram colonos, eram pessoas que tinham terras embaixo das unhas. E assim, lá em Caçador, Deputado Idelvino Furlanetto - vamos partir assim da família -, o meu sogro também acobertou várias e várias famílias por tantos e tantos anos produzindo na terra e nunca mandou ninguém embora.

Quando começou o Movimento Sem Terra aí, sim, chegou lá o Deputado Santin, ou seus comandados, e começou a inflar aquele pessoal: "Vamos no grupo aqui que vamos ter terra; agora vocês vão ter terra; deixa o (inaudível) que se lasque com as suas terras; chega de trabalhar de agregado; o que vocês querem?!"

Lá eles tinham água, luz, casa, lenha, horta, galinhas, porcos, o direito de produzir, assistência médica, assistência aos filhos no colégio e trabalhavam numa boa.

Quando o Movimento começou a chegar por Caçador, Deputado Idelvino Furlanetto, apareceu um emissário e disse: "Olha aqui, senhor Antônio, saia daí, porque estás deixando o senhor Rui rico. Cuidado com o Rui". E aquela família foi embora, senhor Presidente, para se agrupar num grupo de sem-terra que, posteriormente, foi invadir a Jangada.

E assim chegou mais um, que era tratorista, e por lá permaneceu por alguns meses. Depois se precisou de um tratorista no grupo dos sem-terra, foram lá e fizeram uma proposta: "Vamos lá, mas primeiro você executa o seu patrão que não lhe pagou direito". Aí foi um sindicalista até lá, entrou com uma ação na Justiça, dizendo: "Você tem que executar o seu patrão, porque ele te passou para trás". E assim eles foram fazendo.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Ela não tinha carteira assinada?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Aconteceu o seguinte, Deputado Idelvino, só para resumir: aí o meu sogro, como não tinha mais paciência, não tinha mais nem condições

emocionais de manter aquela gente, pela presença que recebia, acabou vendendo. Vendeu tudo e acabou o barulho.

O que a empresa que comprou as terras fez? Reflorestou! Plantou pinheiros e deu emprego até um certo ponto. Agora, está dando emprego para limparem os pinheiros, e daqui a pouco vai dar emprego para cortarem os pinheiros, para replantarem os pinheiros, porque é renovável, são pinus elliot.

Então, o que acontece, Deputado Idelvino? Sobrou uma pequena área, que foi vendida para japoneses. Eles estão trabalhando nessa terra. Mas aqueles que tiveram a oportunidade de trabalhar essa terra, e poderiam estar lá até hoje, foram induzidos por pessoas que querem aumentar o seu grupo de eleitores e uma série de outras vantagens que V.Exa. bem conhece, pois que os dirigentes de movimentos sem terra usufruem hoje.

A revista Veja, os jornais, têm feito denúncias.

Então, esse pessoal, Deputado Idelvino Furlanetto (já lhe concedo um aparte), realmente hoje está perambulando por aí, quando tinham tudo na vida, mas foram iludidos por alguns dirigentes que têm privilégio.

Eu vou lhe dar mais um exemplo, aqui: o ex-Deputado Santin é proprietário em Fraiburgo!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto (Intervindo) - O senhor foi Prefeito, Deputado?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - O ex-Deputado Santin é proprietário em Fraiburgo. É ou não é?

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - É!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - E ele vive grilando terra.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - E ele não pode? E ele não pode?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Ele vive grilando terra por aí!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Não! Vive organizando os sem-terra para ocupar terras improdutivas.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Isto! Ele vive...

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Essa é uma missão que ele assumiu!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Por que ele não vai trabalhar a sua terra, em Fraiburgo?

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Porque ele optou por organizar os sem-terra para ocuparem as terras improdutivas.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - É o que dá dó! Que organizada boa. É uma beleza!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - É uma opção, Deputado!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Das boas, claro!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - O senhor...

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Terno novo, automóvel novo...

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - O senhor já foi Prefeito, Deputado?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado, eu estou aqui aproveitando...

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - O senhor foi Prefeito, não foi?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - ...o tempo, porque é importante, Deputado, que se diga e que se deixe bem claro, bem claro quem é que não quer ver o homem produzindo no campo!

Mesmo a pessoa mais ignorante sabe, eu tenho certeza, que quem produz alimento é o homem no campo e não na fábrica.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Correto!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Então, eu acredito, e quero crer, que não vi ninguém até hoje...

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Os grandes não produzem, os grandes não produzem!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Não vi ninguém até hoje dizer que não quer ver o homem trabalhando a terra e produzindo para que o homem da cidade coma!

Agora, o que esse pessoal também pensa é que como eles lutam na sua fábrica, no seu serviço, no seu escritório, também terão o mesmo direito - os nossos produtores agrícolas, os nossos pecuaristas - de legalmente adquirirem uma terra, de legalmente trabalharem uma terra e de legalmente venderem o seu produto para a manutenção da sua família e não entregarem parte da sua produção, ou do seus salários e outras propriedades, para os organizadores usufruírem do suor daquela gente.

Então, nós não gostaríamos, Deputado Idelvino Furlanetto...

O Sr. Deputado Carlito Merss (Intervindo) - Eu só gostaria de entender uma coisa: o PMDB cedeu o tempo para a UDR, aqui?!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - É. Isso aqui é uma democracia, Deputado.

V.Exa. terá o seu tempo depois, Deputado Carlito Merss. Na hora do seu Partido V.Exa. também terá o seu tempo para usar desta tribuna e auxiliar o Deputado Idelvino Furlanetto na defesa das invasões.

(Falas paralelas entre os Deputados Reno Caramori e Idelvino Furlanetto)

Aliás, V.Exa. conhece os assentamentos de Matos Costa, se é que V.Exa. tem andado por lá, de Calmon e outros.

(Falas paralelas entre os Deputados Reno Caramori e Idelvino Furlanetto.)

Lá ainda temos gente produzindo, Deputado Idelvino Furlanetto.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - A reforma agrária...

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Nesses assentamentos nós temos pessoas produzindo alimentos e dedicadamente trabalhando a terra.

Os mais subversivos da época já foram até tocados pelos bons que lá ficaram, e V.Exa. tem prova disso, Deputado Idelvino Furlanetto.

Nós temos diariamente...

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - V.Exa. é favorável à reforma agrária municipal?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu sou favorável à reforma agrária municipal, estadual, federal, eu sou favorável a darmos condições para que o nosso homem do campo produza realmente, mas com dignidade, e que não tenha que se envergonhar perante a sociedade por maus feitos, por guerrilha, por matar ou morrer nesses conflitos que existem por falta de organização.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - E o Prefeito de Caçador? V.Exa. foi Prefeito de Caçador, quantas famílias V.Exa. assentou em Caçador, já que V.Exa. é favorável à reforma agrária municipal?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu vou lhe dizer claramente: na época em que fui Prefeito dei continuidade a um projeto iniciado pelo então Prefeito Ardelino Grando, onde assentamos inclusive famílias japonesas, com um compromisso...

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Japonês!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Com famílias japonesas! Com um compromisso, Deputado Idelvino Furlanetto: graças a essas famílias, hoje, a minha terra se orgulha do que produz; graças às doze famílias, inclusive algumas vieram do Japão e outras do Estado de São Paulo, que mostraram que a nossa região é propícia, é adaptável, é ligeiramente produtora de hortifrutigranjeiros, porque os nossos colonos, o nosso pequeno produtor, na época, não tinham essa intenção.

Os japoneses chegaram a Caçador e começaram a mostrar aos italianos, aos alemães, aos portugueses, ao matuto, ao caboclo, enfim, que se produz com tecnologia.

Hoje Caçador é o maior produtor de tomate do Sul do País, é o maior produtor de

pimentão e de beringela, porque com a tecnologia da Prefeitura de Caçador, iniciada pelo Grando, tendo a continuidade do Moisés, e eu dei prosseguimento, foi possível instalar mais famílias. Construímos açudes, estradas, fizemos terraplanagem, para que os nossos italianos, os nossos alemães, os nossos moradores, o nosso caboclo, lá de Caçador, aprendessem a plantar aquilo que a terra dá.

Felizmente, Deputado Idelvino Furlanetto, a nossa agricultura familiar em Caçador serve de exemplo para Santa Catarina e para o Brasil.

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Teve que vir o japonês ensinar até o Prefeito.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Não, hoje tem japonês, italiano, preto, caboclo e alemão. Todos produzindo e todo mundo ganhando dinheiro. E nós vamos buscar inclusive os sem-terra de toda a região para trabalhar lá, com os nossos produtores. Meeiros recebem casa com água encanada, luz elétrica, a kombi para levar os filhos no colégio. Isso nós fazemos lá em Caçador, Deputado Idelvino Furlanetto.

Vá V.Exa. em qualquer plantio de tomate em Caçador, em qualquer colônia daquelas, e verifique se tem um meeiro que está insatisfeito com os parceiros que fizeram a sociedade. Todos eles estão ganhando dinheiro, mas trabalham a terra, obedecendo a tecnologia que lhes foi ensinada, não precisam invadir a terra dos outros. Tiveram, sim, o capricho, o cuidado e o interesse de produzir.

Hoje, Deputado, produtores oriundos dos mais diversos países produzem, com qualidade modernizada, tomate, uva, alho, beringela, pimentão. São produtos de um tempo curto, que rende.

Eu falava com uma família que deixou a sua terra em São Carlos, com os pais, e foi para Caçador. Lá plantando tomates levaram seis mil reais limpo cada um - produtos de meeiros. Isso é que é importante, esse é o caminho que temos que ter!

O Sr. Deputado Idelvino Furlanetto - Por que V.Exa. não vai dizer isso para o Fernando Henrique Cardoso, pois ele não faz a reforma agrária, chama a polícia, contrata pistoleiros, cria as milícias?

Deputado Reno Caramori, quero dizer que o exemplo que Caçador apresenta é um exemplo de possibilidades. Agora, é demagogia o seu Deputado Federal fazer ofício para não desapropriar. Se referir à reforma agrária, dizendo que não adianta falar em reforma agrária municipal? O Prefeito ser a favor da reforma agrária e não fazer nada?

Acho que é isso que precisa fazer: V.Exa. tem que dar um recadinho ao seu Presidente, da sua coligação, Fernando Henrique Cardoso, para que ele faça a reforma agrária. Chame-o a Caçador para pegar o exemplo de Caçador, Deputado!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - O seu conselho é importante. Agora, eu quero cumprimentar o Deputado Hugo Biehl pela preocupação e a visão ampla que ele tem de verificar que aquilo realmente é uma necessidade.

Nós temos outras soluções para aquelas famílias que lá estão, nós temos outras áreas de terras, aliás, terras até já adubadas e que já produziram milho, soja, trigo. Elas estão à mercê e poderão ser desapropriadas pelo Governo. São terras limpas que não têm toco para arrancar, nem madeira para tirar, o que rouba o tempo do agricultor.

Por isso, gostamos de definir as coisas. O dia em que a Dissenha utilizar todo aquele material, o que não vai acontecer nunca, porque lá ela conserva aquela mata como um patrimônio ecológico e de manejo...

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Deputado Reno Caramori, o eminente Deputado

Carlito Merss, maliciosamente afirmou há pouco aqui que o PMDB teria cedido o seu horário à UDR. É uma brincadeira que fez o Deputado Carlito Merss, e na verdade a cessão do espaço por mim feita na condição de Líder, foi em razão das circunstâncias de um debate importantíssimo que está sendo feito, onde pudemos ouvir democraticamente duas opiniões diametralmente opostas. E essa é a função do Parlamento, ou seja, discutir e cada um poder com liberdade expor sua posição.

Por isso, fico gratificado pelo debate que houve e por tê-lo propiciado.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado João Henrique Blasi, eu tenho a impressão que o Deputado Carlito Merss chegou neste momento no Plenário e não estava a par do que estava acontecendo, por isso ele reclamou do horário.

Eu gostaria ainda de dizer, Deputado Idelvino Furlanetto, que é importante a sua preocupação. Mas eu gostaria de abraçar-me com V.Exa. para que realmente nós fizéssemos coisas concretas, olhássemos aquilo que é correto, olhássemos aquilo que possa produzir para o País, porque não adiante jogarmos um monte de gente em baixo de lona preta, onde morrem crianças, adoecem os velhos, não se produz. E o Governo fica mantendo essa gente, porque senão morrem de fome, é óbvio Deputado Idelvino Furlanetto!

Quero dizer que quanto ao grupo que mantém essa gente, duvido que tire um centavo para socorrer alguém daquela gente, porque os dirigentes enchem o bolso, Deputado Idelvino Furlanetto. A revista Veja já disse e a imprensa está mostrando quantos latifundiários temos aí que está usando e abusando da simplicidade e da ignorância dos nossos coitadinhos que estão jogados em baixo da lona preta, na beira das estradas ou na encosta de um riacho para o efeito político.

(O senhor Deputado Carlito Merss fala fora do microfone.)

Deputado Carlito Merss, estou usando um tempo que me foi dado pela Mesa, portanto, farei jus a esse tempo. V.Exa. terá oportunidade, Deputado Carlito Merss, de usar o tempo. Eu ainda tenho cinco minutos e V.Exa. terá as condições, depois, também de falar.

Quero aproveitar para convidar V.Exa., Deputado Carlito Merss, já que V.Exa. disse que é de Porto União, para irmos na Dissenja e verificar o problema que está ocorrendo lá. V.Exa. é meu convidado, Deputado Carlito Merss, para no dia 13 irmos a Porto União.

Podemos até nos deslocarmos a Abelardo Luz para fazermos uma visita "in loco" nessa área do ansioso projeto do Deputado Idelvino Furlanetto, que é o assentamento...

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO (Intervindo) - O projeto é do MST!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Então vamos a Porto União no dia 13! Já estou aqui me convidando e passo a convidar, inclusive, o Deputado Idelvino Furlanetto para fazermos uma visita na empresa para vermos "in loco" a área ocupada.

É muito importante, Deputado Idelvino Furlanetto, e já está feito o convite.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - V.Exa. vai identificar os pinheiros marcados para a motosserra, e nós vamos lutar pelo projeto para não derrubar o pinheiro.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Carlito Merss, V.Exa. fez uma interferência no microfone e nem notou que ele estava desligado. V.Exa. está nervoso, mas V.Exa. chegou atrasado na sessão.

(Falas paralelas entre os senhores Deputados Reno Caramori, Carlito Merss e Idelvino Furlanetto)

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - É a primeira vez que eu vejo a UDR se expressar com tanta convicção, porque a UDR estava meio esvaziada, meio enrustida e agora colocou um dos seus grandes representantes para falar. Está

certo, V.Exa. tem que colocar as suas posições contra a reforma agrária, a favor do massacre dos pequenos proprietários! V.Exa. tem razão, essa é a sua posição!

Isso é importante, V.Exa. está colocando os seus pensamentos para todo o público de Santa Catarina. É bom que V.Exa. coloque mesmo!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Seria importante se V.Exa. tivesse escutado todo o meu pronunciamento, aqui, para entender, e talvez poucas pessoas tenham a intenção que eu tenho de ajudar o pequeno e não fazer demagogia eleitoreira em cima dos coitadinhos dos colonos, eis que grande parte deles, inclusive, vota em outros Estados e quando vem para cá é obrigada a transferir o título, senão perde a terra!

São obrigados, senhor Presidente, se eles não transferirem os títulos, em tempo hábil, não poderão fazer parte dos assentamentos de Santa Catarina. Essa é a orientação que o Movimento Sem Terra está fazendo com aqueles que querem trabalhar a terra!

Aliás, Deputado Ivan Ranzolin, V.Exa. que vem do planalto serrano, e como lá tem o privilégio de existir terras para a pecuária, na grande maioria, não tem o privilégio de lá receber os assentados. As nossas terras, que são mais férteis, recebem esse tipo de gente.

Porém, observo que o Deputado Carlito Merss continua agoniado com o tempo, mas ainda resta-me um minuto, e aí S.Exa. terá todo o espaço para apresentar suas ponderações, seus argumentos, em defesa daquela gente abandonada embaixo de lonas pretas, enquanto seus dirigentes andam de automóvel novo, carro "traçado", muito bem vestidos e bem alimentados para verificar se os "coitadinhos" realmente estão trabalhando, e no final do dia vão buscar parte dos seus proventos - que faz parte do seu caixinha.

Nós sabemos disso, Deputados Carlito Merss e Idelvino Furlanetto! Como seria bom se esses dirigentes ficassem com os sem-terra, morando debaixo de lonas também - sem demagogia -, com as suas famílias, e não em palacetes, como em tantos casos neste País afora, usando...

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO (Intervindo) - V.Exa. está baixando o nível, Deputado! Aí V.Exa. acha...

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Não! Estou, sim, levantando o nível. Já saí da lona para... É a grande realidade, Deputado Furlanetto, e V.Exa. sabe disso!

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Quer dizer que eles não podem ter carro, nem uma casa boa? O que é isso, Deputado?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - O meu tempo já acabou e nós teremos outras oportunidades para discutir esse...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PT, por até nove minutos, sem contar que no tempo reservado ao PT. É bom que se esclareça que o Deputado Reno Caramori teve dez minutos nas Breves Comunicações, mais 15 minutos do PMDB e utilizou 8 minutos do PPB. Assim, ainda restam, na sequência, 8 minutos ao PPB.

Com a palavra a Deputada Ideli Salvatti, por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente e senhores Parlamentares, em especial o Deputado Ivan Ranzolin. É isso mesmo: usou o tempo do PMDB, porque nós já estamos aqui, na prática, funcionando com a somatória dos tempos daqueles que irão apoiar Fernando Henrique Cardoso.

O PPB e o PMDB vão estar de braços dados nos palanques, e aqui já estão treinando: um cedendo o tempo para o outro.

Porém, o assunto que me traz à tribuna é uma série de reportagens.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin (Intervindo) - Deputada Ideli...

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Eu tenho pouco tempo, então V.Exa. vai me desculpar, porque o PPB vai dispor, depois, de mais 23 minutos.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin (Intervindo) - Eu só ia dizer que não desejo dar um aparte por respeitar o pouco tempo que V.Exa. tem. Por isso, eu não ia solicitar um aparte.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Obrigada. Daí V.Exa. responda no seu tempo.

Senhores Deputados, o que me traz à tribuna é uma série de reportagens, que vêm sendo publicadas pelos jornais, inclusive foi capa recentemente no Diário Catarinense: "Cresce o vandalismo nas escolas de Santa Catarina". E é assustador. Todos esses números que vêm sendo colocados a público são o resultado de uma pesquisa feita pela Universidade de Brasília, a pedido da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Como ontem tivemos o Dia Nacional de Luta pela Educação - podendo participar das manifestações, das passeatas, do ato público na Catedral, junto com os professores e servidores da Universidade, da Escola Técnica Federal, do Hospital Universitário e professores da rede estadual de ensino -, entendemos que é importante deixar registrado esses números que são assustadores.

Santa Catarina tem um índice de evasão escolar de 14,8%, enquanto o Rio Grande do Sul tem 7,9% e o Paraná 5,6%. Portanto, nós praticamente temos o dobro da evasão escolar do Rio Grande do Sul e o triplo do Paraná.

Aqui no Sul do País o vandalismo nas escolas, que é crescente em todo País, também apresenta em Santa Catarina números preocupantes: 65% das escolas catarinenses já sofreram algum tipo de depredação. No Paraná, 53%, e no Rio Grande do Sul, 50%. Portanto, dos três Estados do Sul do País Santa Catarina também é o campeão de vandalismo.

Na questão da Síndrome de Bournout, um novo nome para indicar, medir uma doença - não sei se eu chamo de doença, Deputado Odacir Zonta, mas é algo que está sendo identificado pelos psicólogos, por aqueles que trabalham com a alma e o comportamento humano, como sendo uma exaustão profissional, é o total desencanto, o total desânimo face à profissão de ensinar -, os índices desse Bournout, desse desânimo, desse estresse profissional também são extremamente elevados. Tem uma alta exaustão emocional, um alto índice de Bournout: 33,49% dos profissionais da educação; moderada, 23%.

Portanto, mais da metade dos profissionais que estão atuando na área da Educação estão acometidos desse desânimo, desse estresse profissional, dessa falta de perspectiva com a profissão, com o trabalho que realizam.

A Folha de S. Paulo também trouxe uma comparação entre os percentuais de universitários que temos no Brasil, os quais são comparáveis aos da Turquia. Apenas 2,5% dos brasileiros até os 29 anos estão matriculados em cursos superiores, enquanto que nos Estados Unidos a média chega a 15,3%.

Esses números, indiscutivelmente, são o retrato da educação no nosso País, no nosso Estado. E é em cima desses números, que não são shows como fez o Globo no sábado, aliás, um show muito bonito, inclusive

tive a oportunidade de assistir os nossos maiores nomes da música popular brasileira fazendo um belíssimo show e a Globo trabalhando a questão da educação como se educação fosse apenas uma questão artística de empolgação...

A educação, infelizmente, no Brasil se faz de duas maneiras: com a pirotecnia da propaganda, os grandes chavões, "Toda criança na escola", e o tal do "Brasil em ação", toda hora, na televisão. Mas, infelizmente, a realidade, o real da educação é isso que está estampado nessas pesquisas, nesses dados, nesses números que fazem com que todos aqueles que tenham um mínimo de responsabilidade fiquem extremamente preocupados com a situação educacional em nosso País, em especial em Santa Catarina.

Estamos realizando audiências públicas pela Comissão de Justiça e pela Comissão de Educação para debater o sistema estadual de ensino e o projeto de gestão democrática. Estão tramitando os dois projetos aqui, na Casa.

Já realizamos audiência aqui, em Florianópolis, e em Criciúma. Amanhã teremos em Blumenau e em Joinville. Na próxima segunda-feira em Chapecó e em Joazeiro e na quinta-feira em Lages. Em todas essas audiências, nas duas em que nós já realizamos, o debate foi muito produtivo, mas também é algo que está presente no debate, Deputado Odacir Zonta, esses números, essa desesperança, essa expectativa de realmente podermos ter na educação algo que aponte uma saída para esse caos que nós temos.

Então, gostaríamos de reforçar inclusive a participação dos Parlamentares nas audiências, porque quando nós tivermos que votar nesta Casa os dois projetos, vamos precisar votar com os nossos ouvidos, com os nossos olhos, com os nossos corações e com as nossas mentes sintonizados como o anseio da comunidade escolar.

Para completar, está na pauta um requerimento de convocação da Secretária Estadual da Educação. Este requerimento tem três assuntos. Dois deles eu considero da maior gravidade: a explicação da Secretaria da Educação de não estarem sendo implementados os dois projetos de lei que foram aprovados nesta Casa e que estão publicados no Diário Oficial desde o dia 16 de março deste ano, o que regulamenta a divisão do dinheiro do Salário-Educação e o da questão do Fundão, onde tem, inclusive, aquela polêmica questão do transporte escolar.

As duas leis são letra morta, porque a Secretaria da Educação, pura e simplesmente, faz de conta que essas leis não existem.

Quanto ao pedido de informação, feito em março, com relação a quanto de dinheiro já entrou nos cofres do Estado sobre o Salário-Educação, chegou-nos às mãos esta semana e dá conta dos seguintes valores:

No mês de janeiro foram repassados 5 milhões, no mês de fevereiro, 1 milhão e 700 mil, no mês de março, 6 milhões e meio, totalizando 13 milhões, 306 mil reais, que ficaram, todinho, nos cofres da Secretaria Estadual da Educação.

Se a lei estivesse sendo cumprida, aproximadamente 4 milhões de reais teriam sido distribuídos entre os Municípios de Santa Catarina, que vivenciam uma gravíssima crise financeira. E esse dinheiro fica na Secretaria da Educação, quando é ilegal ficar lá. É ilegal, porque a lei está em vigor desde o dia 16 de março e, pura e simplesmente, como com tantas outras leis, este Governo não tem

coragem, não tem vergonha, não tem o bom senso, não tem a dignidade de cumprir nada, nada.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - V.Exa. me concede um aparte de trinta segundos, se o Presidente conceder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) (Faz soar a campainha) - V.Exa. tem mais um minuto.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Então, eu só gostaria que nós pudéssemos, aprovando o requerimento, tomarmos uma ação decisiva desta Assembléia, porque nós não aprovamos, Deputado Ivan Ranzolin, esses dois projetos para fazer de bonito ou para fazer de conta. Nós os aprovamos para que eles fossem implementados.

Mas concedo um aparte ao Deputado Ivan Ranzolin.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Aliás, eles não são mais projetos, eles...

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - São leis!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - São leis! São leis e eu devo dizer a V.Exa. que o dinheiro não está ficando aqui, o dinheiro está indo para a comunidade como se fosse uma doação do Governador.

Os recursos são dos Municípios, só que ao invés de ir para o aluno, ao invés de ir para a sala de aula, ao invés de ir para a educação...

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Vai para a politicagem!

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - É. Ele está indo em forma de ginásio de esportes, para arrumar estrada, para levar ônibus para transporte, como se fosse uma doação, um benefício do Governo.

Então, só em São José do Cerrito o Governador deixou seis veículos, todos eles para a área de transporte escolar.

Muito bonito, o nosso aplauso! Só que é com o dinheiro do Fundão e também do Salário-Educação.

Isso é que precisa ficar esclarecido, eis que está sendo indevidamente usado.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

Com a palavra, o senhor Deputado Afonso Spaniol, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Senhor Presidente, nobres senhores Deputados, eu havia feito aqui um discurso, há algumas semanas, sobre aquilo que a Deputada Ideli Salvatti aqui colocava. Na verdade, nós ainda estamos longe de sermos um Poder, de fato, aqui, na Assembléia Legislativa.

Nós muito aqui fazemos de conta, aprovamos bons projetos que se transformam em leis, quando não são vetados, e quando os são, retornam a esta Casa, mas quando conseguimos derrubar o veto, ou o Governo cassa a nossa boa lei na Justiça, consegue algum furo inconstitucional, ou, então, não se cumpre, ou seja, simplesmente se faz de conta que a gente nem aprovou nada.

Então, realmente, neste sentido temos que retomar de uma vez a nossa função de Legisladores e fazer desta Casa, de fato, o Poder Legislativo de Santa Catarina, o que hoje estamos, de certa forma, sendo impedidos de fazer.

Quero, também, registrar a presença, hoje, a visita a esta Casa, da ilustre família dos nossos conterrâneos de Caibi, do seu Olindo Slaviero e sua esposa, pais do

nosso Vereador Gelson Slaviero, de Caibi. E na pessoa do seu Olindo podemos até retratar o protótipo do que é hoje o nosso homem do interior.

A família do seu Olindo, que é um homem que se criou no interior e a uma certa altura foi morar na cidade, hoje está com uma pequena oficina mecânica instalada no Município de Caibi, um projeto familiar, um projeto que mereceria todo o incentivo, todo o apoio por parte de quem detém o Poder, tanto na esfera municipal como no Estado, assim como todos os pequenos empreendimentos, seja na área da agricultura, seja na área do comércio, na área da pequena indústria, das pequenas oficinas. Esses empreendimentos merecem incentivo, merecem apoio por parte da municipalidade, por parte do Estado.

Se não for isso, sempre mais pessoas irão ter, o que há pouco a Deputada Ideli falava nesta tribuna, estresse coletivo, desânimo, exaustão e depressão coletiva, porque não são só os professores que os têm.

Deputada Ideli Salvatti, hoje os bancários - meus colegas funcionários do Banco do Brasil - vivem num clima de tensão, semidepressivos, não sabendo até quando e nem até onde têm estabilidade, não tendo hora para entrar e nem para sair do banco, trabalhando demais. E assim, numa instabilidade, vivem os empregados de qualquer setor do comércio ou da indústria. Amanhã ou depois estarão sujeitos a receber o aviso prévio, a conta. Serão demitidos.

O pequeno comércio, assim como a própria família, o comércio do senhor Olindo, como eu estava falando, sobrevive na base da teimosia, da coragem, vislumbrando que talvez amanhã possa um Presidente da República olhar um pouco mais para toda a sua esfera.

Esse é o motor, o motivo que ainda move a coragem dos nossos pequenos empreendedores aqui, no Estado de Santa Catarina.

Se fizéssemos esta análise de uma forma mais profunda, inclusive do que a Deputada Ideli Salvatti aqui apresentou, iríamos constatar que todos os trabalhadores, de todas as esferas, até os aposentados, hoje vivem estressados, vivem uma vida difícil e sem perspectivas, angustiados, e poderia ser diferente.

Podemos ter um País onde as condições de vida devem ter mais segurança, mais garantia e mais perspectivas, Deputado Reno Caramori. É isso o que mais nós queremos. Diante disso, temos muito, ou temos tudo para fazer, nós, como Legisladores, como Deputados Estaduais.

Estou colocando mais uma vez o meu nome para a reeleição. Queira Deus que possamos continuar com esse otimismo, apesar de tudo, de darmos tudo de nós aqui, na Assembléia Legislativa, propondo, debatendo, apresentando propostas, sugestões, nos reunindo nas Comissões, nos juntando muitas vezes com os Deputados do Rio Grande do Sul e do Paraná, que têm problemas semelhantes, indo a Brasília, ao Presidente da República, ao Ministro da Agricultura, trazendo soluções, se possível, e nunca desanimar.

Este é o nosso desafio, por isso, nós estamos aqui. Sempre com otimismo, apesar de tudo, e com a esperança de que amanhã ou depois este País, o nosso povo, terá uma vida melhor, mais feliz e mais decente.

Era isso o eu tinha para falar, senhores Deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos

Partidos Políticos, os próximos oito minutos são destinados ao PPB.

Com a palavra o senhor Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente e senhores Deputados, queria me valer desses oito minutos do PPB para fazer uma provocação mais no sentido de reflexão. Quando falamos aqui e as pessoas nos ouvem passa a impressão de que estamos apenas questionando, criticando, reclamando, mas muitas vezes esta Casa tem ofertado (e acho que essa tem sido a tônica principal) contribuições significativas para o Estado de Santa Catarina, principalmente para o Poder Executivo, no sentido de auxiliar.

Cito exemplos concretos disso e da dificuldade de haver um entendimento desta questão: há pouco, chamava a atenção do Deputado Idelvino Furlanetto sobre as providências que a Comissão de Agricultura deveria tomar no sentido da regulamentação de duas leis importantes que esta Casa, se não me engano, pela unanimidade dos Parlamentares, aprovou.

Citava-se há pouco dois exemplos: a lei que trata do Salário-Educação e a lei do Fundão, mas eu vou dar outro exemplo: a lei que trata da política florestal.

Tenho absoluta certeza que muitos Parlamentares, nas suas andanças, nas visitas, nas caminhadas pelo Estado de Santa Catarina, devem ter sido chamados, admoestados para o problema da não-regulamentação da lei da política florestal.

O senhor Estefano, agricultor e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Monte Castelo, falava-me há pouco de mais uma das tantas peregrinações que faria na Fatma e no Ibama para tentar reivindicar que o agricultor possa dispor de árvores maduras existentes na sua propriedade para poder fazer reformas na sua casa, no seu estábulo, na sua cerca, já que isso não é permitido, pois a lei ainda não foi regulamentada, embora já tenha esgotado o seu prazo de regulamentação.

Essa é uma contribuição que esta Casa já teria permitido a todo o Estado de Santa Catarina se houvesse boa vontade para ir ao encontro da reivindicação dos catarinenses.

É inadmissível que passemos aqui a falar apenas dos problemas que já deveriam estar sendo equacionados, mas está faltando boa vontade e determinação.

Será que esses Secretários não têm pulso? Se eles têm alguma questão a ser levantada, contrária à regulamentação, que tenham a coragem de nos dizer, que tenham a coragem de dizer que não concordam com determinado item, mas aí, sem dúvida nenhuma, a sua Bancada já teria dito e não teria votado a favor.

Deputado Reno Caramori, V.Exa. estava aí a falar sobre as alternativas de produção, alternativas para que a nossa agricultura disponha efetivamente de métodos para se estabelecer de forma digna, condigna e produtiva. A Lei de Produção Artesanal é um outro exemplo que esta Casa produziu e que vai na direção da agricultura de Santa Catarina.

Estamos há meses esperando que se cumpra uma tarefa que infelizmente não nos compete, porque se nos competisse já teria sido realizada, que é a regulamentação também na Secretaria da Agricultura. Vou citar alguns outros exemplos desta mesma dificuldade por que passa a Casa.

Quantas vezes aqui temos falado a respeito da forma com que a Casan trata os Municípios? O problema da falta de atendi-

mento a tantas comunidades tem sido matéria em vários jornais. Alguns Municípios foram ao extremo da situação, propuseram o rompimento, a extinção do convênio que possuem com a Casan. Como exemplo, temos Itapoá e Mafra. Isto se deve à forma com que está sendo tratada a questão.

E esta Casa também apresentou propostas. Nós falamos de tratar a questão de suprimento de água através de bacia hidrográfica; nós falamos de autonomia administrativa e financeira para regionais. Mas, nada disso adianta, é como se estivéssemos semeando em terreno pedregoso.

Diferentemente do que muita gente imagina, esta Casa tem estado ao lado do Poder Executivo para contribuir, para sugerir, para encaminhar soluções. Só que parece que não há mais remédio mesmo! Acho que o remédio é se buscar rapidamente a substituição do comando deste Estado.

Para finalizar, gostaria de falar sobre uma nota que li hoje nos jornais, que diz o seguinte: "Eduardo Pinho Moreira reclama do uso da máquina administrativa".

Se isto não estivesse escrito, eu iria pensar que era brincadeira, que era piada! Eduardo Pinho Moreira reclamar que Paulo Afonso está usando indevidamente a máquina administrativa? Logo ele, que esteve até pouco tempo usando também?!

O remédio é duro quando tem que ser tomado do outro lado. Arde a pimenta! Muitas vezes falamos do uso indevido da máquina, dos gastos direcionados à propaganda enganosa, e agora Eduardo Pinho Moreira está também a denunciar!

Tomara que ele não venha dizer para todos nós que Paulo Afonso está aplicando um golpe também na democracia de Santa Catarina; tomara que Paulo Afonso não diga para ele, Eduardo Pinho Moreira, aquilo que disseram para nós quando denunciemos o abuso na propaganda: que não era dinheiro público, que era dinheiro do PMDB!

Certamente, não será esta a explicação!

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Estas são algumas reflexões que trago aos catarinenses para que possam entender melhor, se é que alguém consegue entender o que está acontecendo.

Concedo, agora, um aparte a V.Exa., nobre Deputado.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Discordo um pouco do seu discurso ao final, porque acho que Eduardo Pinho Moreira tem mesmo que denunciar aquilo que já vínhamos denunciando há muito tempo, pois agora está na etapa de comprar, com determinado ônus, e grande ônus para o Governo, os Prefeitos ou delegados que vão apoiá-lo aqui na convenção. É uma compra, senhor Deputado!

Depois, quando for candidato, vai ser pior ainda, a ação dele vai ser, como se diz hoje, globalizada em termos de Santa Catarina.

É um verdadeiro acinte! Por isso não tem dinheiro para pagar o 13º salário, para pagar as creches, para pagar a defensoria dativa, não tem dinheiro para nada!

Esta é a jogada, tanto que alertei aqui por diversas vezes a inconveniência...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos nove minutos pertencem ao PFL.

(Pausa)

Na ausência dos representantes do PFL, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

Comunicamos a justificativa de ausência dos senhores Deputados Gilson dos Santos e Volnei Morastoni.

O Senhor Secretário "ad hoc", Deputado Luiz Herbst, procederá à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Há vinte e dois Deputados presentes.

Há quórum para deliberação.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Emenda Constitucional nº 002/96, de autoria do Deputado Ivan Ranzolin, que dá redação ao art. 124 da Constituição do Estado.

Ao presente projeto foi apresentado um substitutivo global.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Por solicitação do Autor, retiramos o projeto da pauta, em função de precisar quórum qualificado para a votação.

Sobre a mesa, requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, convocando a senhora Eliane Adriano, Secretária da Educação, para comparecer à Comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Assembleia Legislativa.

Em discussão.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, irei votar favoravelmente a este requerimento, pois entendo que a Secretaria da Educação deve uma explicação a esta Casa e ao povo de Santa Catarina.

Há duas leis que estão em vigor e não estão sendo obedecidas pelo Governo. Elas se referem especificamente ao Fundão, denominado assim pelo refrão popular, e também ao Salário-Educação.

Como se sabe, os recursos do Fundão são destinados para as Prefeituras fazerem frente às despesas na área da educação. Nesta lei colocamos os recursos provenientes das despesas com o transporte escolar. Mas, o Governo Estadual fez um convênio desrespeitando esta lei e não está cumprindo nem o convênio, que se refere ao pagamento de 100 ou até 150 reais por aluno/ano.

Quanto ao salário-educação, os recursos não pertencem ao Governo do Estado mas, sim, aos Municípios. Porém, estão sendo utilizados para uma outra finalidade; estão sendo usados como se o Governador estivesse destinando recursos, ônibus, ginásio de esporte, quadra esportiva, dinheiro este que pertence aos Municípios para ser destinado ao aluno.

Por isso, a Secretaria da Educação deve explicar a esta Casa o motivo de não estar cumprindo a lei. E se não está cumprindo a lei, está incorrendo em crime de responsabilidade. E para que se constate isso, precisamos ouvir as explicações, o motivo da lei não estar sendo cumprida.

Também devemos fazer nesse dia uma audiência pública com os Prefeitos, para que vejam a quantia que está sendo retida e

que está sendo entregue discriminadamente a determinadas Prefeituras. Se estes recursos fossem destinados a todas as Prefeituras pelo menos não se faria discriminação, mas eles estão sendo destinados em forma de doação, como se o Governador estivesse doando, quando deveriam ser por lei.

O Governo está desrespeitando e usando o dinheiro do salário-educação para destinar somente às Prefeituras que pertencem ao seu Partido. Isto é crime de responsabilidade!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Governador do Estado, apelando para que pague o 13º salário aos servidores do Executivo, referente ao ano de 1997.

Em discussão.

O Sr. Deputado Odacir Zonta - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Odacir Zonta.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente e nobres Parlamentares, sabemos que isso é chover no molhado, mas não podemos deixar de cumprir o nosso papel de pressão.

Acho que o Governo não está dando a mínima. É um total desrespeito ao funcionalismo público estadual o não-pagamento do 13º salário. É uma afronta tremenda, é uma desconsideração!

Sabemos que um requerimento não vai sensibilizar o Governador, mas se cada Parlamentar fizer todos os dias um requerimento, vamos cumprir a nossa parte pressionando, e, quiçá, daqui a pouco, o Poder Judiciário possa fazer cumprir a Constituição e pagar aquilo que é um direito adquirido.

O que está acontecendo é verdadeiramente um roubo ao funcionário público! Tirar o salário de alguém é um roubo repugnante!

Então, vamos fazendo requerimentos, pressão, movimentação para que este 13º salário de 1997 não acabe ficando para 1999.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Gerente de Departamento da Telesc Celular, pedindo a adoção de procedimentos para a ativação da central de telefonia celular no Município de Seara.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Gerente de Departamento da Telesc Celular, pedindo a adoção de procedimentos para a ativação da central de telefonia celular no Município de Piratuba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Gerente de Departamento da Telesc Celular, pedindo a adoção de procedimentos para a ativação da central de telefonia celular nos Municípios de Ipira e Piratuba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Gerente de Departamento da Telesc Celular, pedindo a adoção de procedimentos para a ativação da central de telefonia celular no Município de Ponte Serrada.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Gerente de Departamento da Telesc Celular, pedindo a adoção de procedimentos para a ativação da central de telefonia celular no Município de Catanduvas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Reno Caramori, a ser enviada ao senhor Governador do Estado e ao Diretor Estadual de Defesa Civil, solicitando ajuda aos desabrigados de Fraiburgo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Gervásio Maciel, a ser enviada ao Presidente do Besc, no sentido de determinar o retorno do funcionamento diário do posto do Besc no Município de Cerro Negro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o senhor Deputado Odacir Zonta, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente, senhores Deputados, funcionários da Casa e visitantes, gostaríamos de usar este espaço para dizer da expectativa que está se criando em torno da primeira visita oficial a Santa Catarina do novo Ministro da Agricultura, Dr. Francisco Turra, que assumiu o Ministério num momento muito delicado para a agricultura catarinense, especialmente para o pequeno agricultor.

Pelo seu conhecimento e sua acessibilidade, pelo domínio que o Ministro Francisco Turra tem das questões agrícolas e por ser um sulino do Rio Grande do Sul, como poderia ser de Santa Catarina ou do Paraná, estamos depositando um voto de confiança.

Queremos aqui dizer que na sua primeira visita oficial não vamos hesitar em dizer que ele é a última esperança que se tem dentro do Governo Fernando Henrique para que a agricultura seja valorizada e para que se coloque em prática alguns planos importantes e até emergenciais para salvar o nosso agricultor, para rebuscar o ânimo da nossa gente.

A sua presença em Santa Catarina não é só para a Festa Nacional do Milho, mas também para ouvir as reivindicações e poder sentir também o quanto é necessário oferecer prioridade a este setor, que é a salvação para o nosso País.

Já conseguimos agendar com o senhor Ministro uma audiência coletiva, onde estarão presentes mais de trinta senhores Prefeitos do Oeste catarinense que têm a sua base econômica e social voltada à agricultura. Esses Prefeitos vão pedir socorro ao senhor Ministro, vão pedir o ar da graça do Governo Federal nas suas comunidades, vão pedir recursos para a infra-estrutura da propriedade.

Na ocasião, vão discutir a questão do Pronaf Infra-estrutura, Pronaf Investimento, Pronaf Custeio, sua desburocratização, sua agilização e a disponibilidade de recursos para um programa tão importante.

Será discutido também um plano emergencial para a pequena propriedade. É preciso buscar primeiramente um plano emergencial para, depois, atacar um plano de fundamento de médio e longo prazo, que precisa ser colocado em prática neste País.

Este é o momento decisivo. Os Prefeitos vão pedir recursos para que possam aplicar também, através das administrações municipais, em máquinas, equipamentos e na infra-estrutura.

Está ocorrendo um verdadeiro assalto aos cofres municipais pela impensada gestão dos recursos, pela forma de buscar esses recursos junto ao Fundo de Estabilização Fiscal.

O tempo também tem oferecido verdadeiros desastres nos Municípios. Desde o ano passado os Municípios vêm perdendo sua infra-estrutura. Os produtores de suínos, de aves, de leite, assim como os produtores de grãos, estão sem poder transportar a sua produção, pois os Municípios estão sem dinheiro para restabelecer os acessos com pontes e pontilhões que a água levou.

É lógico que precisa também a aquiescência de São Pedro para que a intempérie do tempo não continue a prejudicar, mas é necessário também colocar recursos para essa recuperação, porque senão vamos ter o desânimo do nosso pequeno agricultor aumentado.

Basta um, dois ou três dias de sol para que todos corram novamente às Prefeituras pedindo auxílio, mas, infelizmente, vão encontrar o Prefeito com o caixa vazio, já que o Governo do Estado faz negócios com o dinheiro público, oferecendo convênios por conta de apoio para a convenção do seu Partido, loteando o dinheiro para os Municípios do PMDB.

Está ocorrendo uma discriminação abusiva aos demais Municípios. Paulo Afonso não é Governador dos catarinenses, é Governador de uma parte do PMDB, daquele PMDB que apoia e que aplaude o desgoverno que está aí. Ele não considera os demais Municípios e os demais Prefeitos, isto já é público e notório! Ele deixa de pires na mão os demais Prefeitos, não dá apoio e anda por aí loteando os recursos que são de todos os catarinenses.

Em razão disso também é que o Governo Federal tem que socorrer esses Municípios. Mas, acima de tudo, está o socorro à nossa agricultura, que está colhendo a safra, sim, mas que está perdendo muito pela intempérie do tempo. O agricultor está

tendo prejuízo na produção do leite, está tendo prejuízo na suinocultura, na avicultura.

É necessário que se façam programas efetivos, é necessário aplicar dinheiro público na agricultura, é necessário investir, é necessário apostar. E nós precisamos dar esse voto de apoio ao Ministro, acima de tudo dar a força política necessária para que ele tenha também sucesso diante do Governo a que pertence.

Na minha visão, como defensor da agricultura e do cooperativismo, o Ministro Francisco Turra, com toda a sua qualidade, tem um curto prazo de tempo para provar que o Governo quer efetivamente redescobrir a agricultura como prioridade. Não tem mais do que sessenta dias, caso contrário também vai ficar desacreditado, até porque a agricultura tem um efeito de curto prazo.

Por isso, senhores Deputados, vamos levar as reivindicações, vamos receber o Ministro, vamos dar oportunidade, mas vamos cobrar um ação rápida.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, daremos conhecimento ao Plenário

da pauta da Ordem do Dia para a sessão de amanhã:

Discussão em primeiro turno do Projeto de Resolução nº 012/97, de autoria do Deputado Jaime Mantelli, que dispõe sobre a alteração do art. 107 e respectivo parágrafo do Regimento Interno da Alesc, que trata do arquivamento e desarquivamento de matérias, findas as Legislaturas, ao qual foi apresentado um substitutivo global, que conta com parecer favorável da Mesa Diretora;

Requerimento nº 224, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Superintendente do DNER, pedindo patrolamento na BR-282, trecho Lages/Campos Novos;

Requerimento nº 225, de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Deputado Valdir Colatto, pedindo empenho para a contemplação da Comarca de Concórdia com uma das cinquenta Varas da Justiça Federal a serem criadas através de projeto de lei federal em trâmite no Congresso Nacional.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 341/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,
RESOLVE:

Art. 1º - Incluir na *Comissão Permanente de Licitações*, constituída pela Resolução nº 259, de 1º de abril de 1998, o servidor JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA, matrícula nº 0424 - Advogado, na qualidade de Presidente.

Art. 2º - O servidor FÁBIO DE MAGALHÃES FURLAN, matrícula nº 1936 - Advogado, designado anteriormente para a função de Presidente, permanecerá na referida Comissão na qualidade de membro.

Art. 3º - Excluir da Resolução supramencionada no artigo 1º desta, a servidora ISABELLA VIEIRA SCHUHMACHER, matrícula nº 2538.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/04/98.
Palácio Barriga-Verde, em 30/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 342/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR ELOY CORTES GALLOTTI PEIXOTO, matrícula nº 2427, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Apoio Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/98 (Liderança do PDT).
Palácio Barriga-Verde, em 30/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 343/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 40/92, c/c a redação dada pelo parágrafo único da Resolução DP nº 023, de 06/05/97,

CONCEDER Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a ELOY CORTES GALLOTTI PEIXOTO, matrícula nº 2427, a partir de 01/04/98 (Deputado Francisco Küster).
Palácio Barriga-Verde, em 30/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 344/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DESIGNAR o funcionário LUIZ ALBERTO SECCON, matrícula nº 0425, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-12-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para responder temporariamente pelo cargo de Coordenador da Comissão de Licitações, código PL/DASU-4, a partir de 1º/04/98.
Palácio Barriga-Verde, em 30/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 345/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 1º de fevereiro de 1999, os efeitos da Resolução nº 836, de 15/05/97, que colocou à disposição da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, JORGE ROBERTO KRIEGER, matrícula nº 2189, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 02/02/98.
Palácio Barriga-Verde, em 30/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 346/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

COLOCAR À DISPOSIÇÃO, até 1º de fevereiro de 1999, da Prefeitura Municipal de Iraceminha, EDISON KNAPP, matrícula nº 1686, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código ATM/9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 02/02/98.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 347/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR EMILCE DIAS ROCHA MARIA, matrícula nº 2137, da função de Chefe da Seção Técnica, código PL/CAI, do Grupo de Assistência Intermediária, a partir de 01/05/98 (Divisão de Saúde e Assistência).

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 348/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro na Resolução nº 1394, de 06/10/92,

DESIGNAR MARILIA MACHADO, matrícula nº 0451, para exercer a função de Chefe da Seção Técnica, código PL/CAI, do Grupo de Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir 01/05/98 (Divisão de Saúde e Assistência).

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 349/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 893/95, de 10/04/95, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a NEWTON LADISLAU ZOMKOWSKI, matrícula nº 0904, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 16/04/98 (Deputado Ivo Konell).

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 350/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 40/92, c/c a redação dada pelo parágrafo único da Resolução DP nº 023, de 06/05/97,

CONCEDER Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a NEWTON LADISLAU ZOMKOWSKI, matrícula nº 0904, a partir de 16/04/98 (Deputado Ivo Konell).

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 351/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro no artigo 154, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONSTITUIR Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores HENRIQUE VAZ, matrícula nº 1114 - Advogado, código PL/ATS-12-D; GERSON R. DE BANDEIRA PAMPLONA, matrícula nº 1458 - Advogado, código PL/ATS-10-E e MARILÉA MARCON CORRÊA, matrícula nº 1369 - Advogada, código PL/ATS-11-E, todos do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa,

para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Resolução no Diário da Assembléia, apurar os fatos de que dão conta os ofícios DRH/021/98, de 14/01/98 e 231/98/GP, de 16/02/98, bem como a informação nº 005/DA/98, envolvendo os servidores JOSÉ JOÃO DE SOUZA, matrícula nº 1565, ocupante do cargo de Técnico em Serviços Especializados, código PL/ART-6 e IDALINO DE ANDRADE, matrícula nº 1611, ocupante do cargo de Técnico em Serviços Especializados, código PL/ART-6, que, pelas Resoluções nºs. 1516, de 07/08/91 e 1849, de 01/11/91, concedeu-lhes Licença para Tratamento de Interesse Particular pelo período de 06 (seis) anos, com término previsto para 07/08/97 e 01/11/97, respectivamente, e que até a presente data não retornaram às suas atividades neste Poder.

Destarte, os servidores supracitados, por não terem retornado às suas atividades neste Poder Legislativo ao tempo previamente estabelecido, cometeram infração disciplinar capitulada no inciso II, 2, do artigo 137, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, caracterizando **Inassiduidade Permanente**.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 352/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0181/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a MARILETE LOPES BARZAN, matrícula nº 1246, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 19/10/92 a 19/10/97.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 353/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0228/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a PAULO CESAR RODRIGUES, matrícula nº 1374, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/07/92 a 02/07/97.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 354/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0265/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a MARIA DO CARMO LEMOS KRAVCHYCHYN, matrícula nº 1440, ocupante do cargo de Odontólogo, código PL/ATM-12-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/08/92 a 03/01/98.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 355/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0293/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a ALVARO PACHECO DE SOUZA, matrícula nº 1237, ocupante do cargo de Engenheiro, código PL/ATS-11-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/03/93 a 02/03/98.

Palácio Barriga-Verde, em 30/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***